


**MÉTODOS DE ANÁLISE: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS  
CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANALYSIS METHODS: PUBLIC POLICIES IMPLEMENTATION IN SOCIAL  
SCIENCES**

Recebido em: 26/04/2022

Aceito em: 21/08/2022

Taís Martins Camoretto<sup>1</sup> 

Ewerton da Silva Ferreira<sup>2</sup> 

Ronaldo Bernardino Colvero<sup>3</sup> 

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os mecanismos de análises aplicados na implementação de políticas públicas em políticas sociais nos estudos de caso a partir de revisão bibliográfica de obras atuais que obtiveram destaque no campo metodológico. A análise tem como objetivo explorar a manifestação de diversos pesquisadores a respeito de temas metodológicos gerando um arcabouço conciso em relação aos processos de implementação que devem nortear a análise de políticas públicas. Constatou-se que a abordagem ideal observa a estrutura de cada proposta, norteador-se pelas características de implementação específicas de cada projeto e a partir dos mesmos elencando indicadores particulares da implementação para a análise.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Metodologias de análise; Implementação.

**Abstract:** This article aims to reflect on the mechanisms of analysis applied to the implementation of public policies in social policies in case studies from a literature review of current works that have gained prominence in the methodological field. The analysis aims to explore the manifestation of several researchers regarding methodological issues generating a concise framework in relation to the implementation processes that should guide the analysis of public policies. It was found that the ideal approach observes the structure of each proposal, guided by the specific implementation characteristics of each project and, based on them, listing particular implementation indicators for the analysis.

**Keyword:** Public Policies; Analysis methodologies; Implementation.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja/RS. Pesquisadora da área de governança municipal. E-mail: tais.m.camoretto@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Políticas Públicas e Licenciado em Ciências pela Universidade Federal do Pampa. Presidente do Centro de Estudos Interdisciplinares. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em História. Professor do curso de Ciências Sociais - Ciência Política (UNIPAMPA). Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (UNIPAMPA). Coordenador do grupo de pesquisa Relações de Fronteira, política e cultura na tríplice aliança. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br.

## INTRODUÇÃO

O Estado funciona como um grande organismo com diversos sistemas atuando em diferentes funções, todos visam facilitar o governo, manter a unidade e a sua soberania frente a outros Estados. A união possui recursos limitados, e cabe ao governo elencar as prioridades do meio social e gerir a aplicação de recursos para o bem de todos.

Neste sentido, as políticas públicas são conjuntos de ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado de forma direta ou indireta, podendo ter a participação do setor privado, que visam assegurar direitos de cidadania, garantidos constitucionalmente, de forma difusa ou específica. A criação da política pública depende do reconhecimento de uma carência, por parte da sociedade ou dos poderes do Estado, em alguma área que possua resguardo constitucional. Para Reinaldo Dias

De forma sucinta, é disso que tratam as políticas públicas: a gestão de problemas e demandas coletivas através da utilização de metodologias que identifiquem as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de atingir os objetivos e metas predefinidos” (2013, p. 279).

O conceito de política pública é entendido como uma ação que visa a solução de um problema público<sup>4</sup>. Podendo o gestor dessa ação ser um ente do setor público ou privado, conforme a natureza da ação. Um ente privado, por exemplo, não pode colocar em vigor uma legislação que obrigue a população a fazer o plantio de árvores nativas, pois o Estado é soberano e constitucionalmente a legislação cabe a ele; mas o ente privado, pode, por exemplo, lançar uma campanha publicitária incentivando o plantio de árvores nativas.

A campanha publicitária de plantio de árvores ao ser lançada por uma ONG teria o objetivo de solucionar um problema público, logo se caracterizaria como uma política pública. A ONG teria autonomia para promover a política pública, porém sem sobrepor à soberania estatal na qual se encontra o monopólio coercitivo. Essa abordagem dentro do contexto acadêmico é chamada de multicêntrica<sup>5</sup>, ela permite a interpretação do que possa ser um problema no âmbito social, e o afloramento dos atores políticos para a solução desse problema.

---

<sup>4</sup> Este problema pode ser econômico, social, jurídico ou afetar outras áreas da sociedade, porém para ser um problema público deve afetar um grupo social ou a sociedade como um todo, podemos usar como exemplo o racismo que afeta um grupo étnico.

<sup>5</sup> O conceito foi elaborado por Leonardo Secchi. Ver mais em: SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Cengage Learning: São Paulo, 2014.

A ação por parte do poder público demanda da visibilidade do problema para agenda governamental<sup>6</sup>, logo, a formulação da política pública depende da relevância do problema, não só a nível social, mas também para o governo. O problema deve afetar o desenvolvimento do Estado, causar uma perturbação ou comoção social. Em resposta ao governo traça um *status quo* ideal e tenta através da política pública alcançar os seus objetivos para atingir padrões de retorno social previamente estipulados.

Quando o problema alcança a relevância no meio público, são elaboradas estratégias para a estruturação de uma proposta que atinja um resultado que possa ser tangível e mensurável ou possuir um formato subjetivo, alterando a percepção ou comportamento da sociedade a respeito de algo. Um evento que traz nitidez a esta premissa é a criação do auxílio emergencial instituído para minorar as desigualdades sociais que se agravaram durante o período de pandemia, conforme Egler:

A tentativa de minorar os efeitos da pandemia sobre a população submetida à pobreza e a fome trouxe à tona o drama dos “invisíveis”, isto é, aqueles que se inscreveram para receber o auxílio emergencial e constavam no Cadastro Único (CadÚnico), que reúne informações dos beneficiários de programas assistenciais do governo federal, como o Bolsa Família, de apoio ao sustento familiar, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que apoia os idosos e os deficientes que comprovem não ter meios de prover a própria manutenção (2020, p. 4).

Quando o autor se refere ao “drama dos invisíveis” e na sequência coloca que estes já estavam economicamente identificados pelo sistema, a constatação que se pode fazer do fato é que estes não compunham a agenda do atual governo como um problema público. Conforme, só foram alvo de medidas governamentais (complementares das quais já eram beneficiados) em razão do contexto de pandemia.

De modo que, se o contexto adverso não trouxesse visibilidade para a insuficiência dos benefícios de transferência de renda, em satisfazer as necessidades básicas, estes estariam à margem dos objetivos urgentes da gestão pública. O fato de haver ciência de que estes

---

<sup>6</sup> A agenda governamental (também chamada de agenda pública) é a agenda do governo. Ela reúne o conjunto de situações que o poder público decide. Uma catástrofe natural, como uma enchente que desabrigou centenas de pessoas, obriga o governo a agir - e força um problema na sua agenda a encarar como problema, mobilizando recursos para saná-las. Atores bem organizados podem infiltrar problemas de suas próprias agendas na agenda do governo. TRONCO, Giordano B. **O guia de políticas públicas para estudantes e gestores**. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2018, p. 55-56.

benefícios não são suficientes para conferir bens de consumo imediato<sup>7</sup>, pesando as famílias em vulnerabilidade o complemento informal da renda, já cria uma demanda de ação por parte do Estado, todavia a ausência de visibilidade não faz desta uma pauta de ação na agenda de governo.

Uma estratégia pode ser formulada para alcançar um resultado em pouco tempo e de curta duração, a exemplo, ou pode demandar mais empenho com prazo indeterminado. A exemplo, temos as campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, que busca alterar o pensamento da população a respeito de um comportamento, e a exemplo da primeira questão temos as campanhas de vacinação para grupos específicos quando surgem novos vírus, por exemplo a vacinação para o grupo de risco da H1N1.

Na estruturação da política pública devem ser definidos os objetivos a serem alcançados com base em dados coesos que vão projetar a realidade e definir as metas. As metas vão projetar efeitos no público alvo, o processo para alcançar as metas vai depender de um plano de ação, e geralmente do envolvimento de mais de um ente federado.

A fim de nortear o resultado final, os objetivos são empregados seguindo uma percepção geral do que se compreende como uma situação ideal em relação a uma demanda pública. Abaixo fez-se referência aos objetivos do Programa Auxílio Brasil, conforme artigo 2º, §1:

§ 1º São objetivos do Programa Auxílio Brasil:

- I - promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios e serviços ofertados pelo Suas, a articulação de políticas direcionadas aos beneficiários, com vistas à superação das vulnerabilidades sociais das famílias;
- II - reduzir as situações de pobreza e de extrema pobreza das famílias beneficiárias;
- III - promover, prioritariamente, o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, a nutrízes, a crianças e a adolescentes em situação de pobreza ou de extrema pobreza;
- IV - promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, com foco na saúde e nos estímulos às habilidades físicas, cognitivas, linguísticas e socioafetivas, de acordo com o disposto na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016;
- V - ampliar a oferta do atendimento das crianças em creches;
- VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência; e
- VII - estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, principalmente por meio:
  - a) da inserção dos adolescentes maiores de 16 (dezesesseis) anos, dos jovens e dos adultos no mercado de trabalho;

---

<sup>7</sup> Proporcionar a autonomia dos beneficiários e promover a satisfação imediata de bens de consumo através da transferência de renda, faz com que a proteção social permita a autogestão por parte dos beneficiários e promove a eficiência tendo em vista que determinar o uso do benefício consiste em gerar mais uma etapa de coordenação e decisão na política pública.

- b) da integração das políticas socioassistenciais com as políticas de promoção à inclusão produtiva; e
- c) do incentivo ao empreendedorismo, ao microcrédito e à inserção no mercado de trabalho formal (BRASIL, 2021, s/p.)

É observável que em todas as disposições está expressa de forma subjetiva uma situação ideal. Em análise, entende-se que os objetivos se fragmentam em diversas ações para atender uma demanda maior, ou seja, atuando em de forma difusa na solução de um problema. Logo, na implementação da política pública é imprescindível que o gestor de ponta tenha conhecimento do objetivo, para que saiba identificar possíveis problemas durante a implementação, nesse sentido podemos citar o desvio de finalidade.

O ciclo das políticas públicas estabelecido por Tronco (2018, p. 54) no Guia para Estudantes e Pesquisadores, o autor prevê cinco etapas na qual decorrem a vida útil de uma política pública, sendo elas: a definição da agenda, definição das alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação.

A definição da agenda é quando a questão passa a ser tratada como um problema público, na fase seguinte o governo define as alternativas para a resolução do problema. A nível nacional no Brasil a tomada de decisão deve conter o assentimento do poder executivo e legislativo para que o projeto seja publicado e se torne concreto.

Na fase de implementação são mobilizados recursos de poder institucional, de conhecimento e organizacionais, na intenção de estruturar e tornar possível a intervenção. O gestor de políticas públicas é quem traz a realidade a proposta do governo, para Costa e Bronzo:

O papel da gestão - é, portanto, da implementação - é justamente combinar e mediar esses diferentes recursos, para converter as intenções em produto, supondo-se que esses gerarão efeitos e impactos esperados (2012, p. 51).

Nesta fase é possível identificar a exequibilidade dos projetos, particularidades sociais locais, especificidades de capacidade administrativas dos entes de acordo com a região, a percepção dos receptores da ação estatal, impactos a curto prazo, mecanismos de localização do público alvo, alcance dos objetivos em relação aos métodos aplicados. As dinâmicas de implementação de políticas públicas sociais têm como objeto principal os executores da medida, a estrutura de implementação e desígnio da proposta.

É de entendimento comum entre os pesquisadores de políticas públicas o papel dos gestores, em especial quando se aborda questões de discricionariedade dos agentes a nível de

rua<sup>8</sup>, que em seu cotidiano se deparam com situações que não estão previstas nos manuais. Para estes, os burocratas a nível de rua, ao deparar-se com situações inusitadas e por vezes ambíguas, são forçados a tomar uma decisão, que pode impactar todos os eventos seguintes, constituindo uma cultura.

Para compreender a implementação de uma política pública, é importante entender o Estado, não como um ator unitário, mas como um ambiente dentro do qual se dão interações entre diferentes agentes que têm importantes papéis e desempenham diversas ações na produção cotidiana da política pública, em contraponto a uma visão ilusória de decisões e formulações sendo realizadas em momentos destacados (CARDOSO, 2020, p. 1054).

No processo que compreende a implementação, as decisões sobre como abordar determinado objetivo acontecem o tempo todo, ao mesmo tempo, e em diversas esferas. A constância destas questões surge do conflito entre o que as políticas de atuação estabelecem para os agentes e a diversidade de situações e contextos que a realidade apresenta durante a execução.

A estrutura de implementação diz respeito a questões de exequibilidade da proposta, que inclui estrutura física, recursos humanos e tecnológicos. Ao abordar o tema da gestão descentralizada Affonso aponta que, “no caso do Brasil a primeira, a mais distintiva característica de sua federação é a sua acentuada disparidade socioeconômica entre as unidades federadas” (2000, p. 131). O fator socioeconômico regional ou local pode ser fator determinante para o êxito da implementação de uma política pública.

Durante a implementação são identificadas e desenvolvidas alternativas para sanar possíveis disparidades estruturais. No desenvolvimento de uma política pública, os agentes constituem um planejamento de implementação, delegando responsabilidades de acordo com competência e a possibilidade do ente executor da proposta.

O gestor público que atua na implementação, para além do legitimador institucional é portador do elemento técnico e científico do processo. Na abrangência de suas funções é responsável também pela identificação de falhas metodológicas no percurso de implementação que dizem respeito à estrutura da proposta.

---

<sup>8</sup> Agente de rua, ou burocrata, são termos utilizados pelos pesquisadores de políticas públicas para identificar ou destacar os servidores que realizam trabalhos de forma volante ou atendimento direto nas unidades institucionais. A exemplo dos burocratas de rua, podemos citar: policiais, agentes comunitários de saúde, professores, entre outros.

O público alvo de acordo com objetivo deve para além de receber a medida de forma clara e concisa, ter o acesso às garantias da proposta, direitos e deveres para com o Estado. Ter acesso a informações relacionadas aos objetivos e aos mecanismos de ação da política pública permite aos usuários responder de forma positiva com relação aos resultados esperados. Não obstante, novamente se dá ênfase ao gestor público, bem como ao agente de rua, visto que estes são os encarregados de tornar a informação acessível aos usuários das políticas públicas.

## **ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO**

Existe na administração pública a preocupação com o uso correto do orçamento público, no sentido de tornar os atos relevantes para a sociedade trazendo resultados positivos. As decisões que envolvem políticas públicas são tomadas com base em evidências, as alegações devem ser consistentes a fim de trazer confiança e transparência para a administração pública.

Quando formuladas no âmbito público, as propostas seguem procedimentos norteados atualmente pelos guias disponibilizados pela Casa Civil da Presidência da República em parceria com outras instituições de cunho administrativo no âmbito Federal. Os guias<sup>9</sup> trazem a institucionalização para o processo de formulação de políticas públicas a nível nacional, neles é possível encontrar um compilado de orientações técnicas que foram discutidas entre seus promotores, bem como a experiência dos gestores públicos em relação a processos que trazem bons resultados.

O material tem caráter orientativo, o que permite a adequação do administrador de acordo com as demandas vigentes. É importante salientar que os processos de elaboração e implementação sofrem influências de fatores externos, valendo-se tanto de experiências locais como internacionais. Os documentos têm livre acesso e são constituídos de uma série de questionamentos em relação ao projeto que permitem ao formulados da proposta desenvolver um trabalho consistente atendendo aos princípios compreendidos para a verificação da relevância do trabalho.

Durante o processo de implementação o pesquisador deve entender e diferenciar, no processo de análise, o que foi planejado para a execução de uma política pública, e o que foi de

---

<sup>9</sup> O material orientativo pode ser encontrado no conteúdo para downloads da Casa Civil através do link: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads>. Outros materiais orientativos podem ser encontrados repositório do Enap (<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/205>), e no repositório do Ipea (<http://repositorio.ipea.gov.br>).

fato executado. Com atenção aos fatores que influenciaram a adaptação da política pública na realidade em que ela está sendo implantada. A percepção das diferenças e maneira como os métodos aplicados obtêm resultado positivo ou negativo, é o que norteia os estudos de análise de implementação (LOTTA, 2019). Outrossim, pode-se compreender melhor o funcionamento do sistema social no qual a política pública busca surtir efeito.

A formulação da análise de implementação em um primeiro momento deve identificar na estrutura da política pública os fatores que envolvem a execução como, por exemplo, as instituições envolvidas, o objetivo, os resultados esperados, a estrutura de monitoramento e o perfil dos gestores envolvidos. É importante que seja levado em consideração, o objetivo do projeto de pesquisa, quando pensarmos os recortes de análise, do ponto de vista da produção de conhecimento a compreensão é requisito básico, no entanto, quando demasiado densa pode interferir na visão do pesquisador quando este se projeta sob o objeto real.

A visão do pesquisador sobre o objeto de estudo não pode ser pré estabelecida, pois este conceito formado pelo esgotamento teórico pode contaminar a análise empírica. Os dados coletados empiricamente, são únicos e são estes que orientam a tomada de decisão dos gestores. Neste sentido o perfil dos burocratas de rua, que são os agentes que terão contato direto com a população, bem a visão destes é um ponto importante da análise, pois estes são os atores que vão receber o primeiro feedback do grupo onde se aplica a proposta.

A visão cíclica da compreensão de Políticas Públicas fundamenta questões teóricas de compreensão e introdução nos estudos desta matéria em Ciência Política, no entanto, no caso concreto, como pode se observar em diversos setores, existe um movimento contínuo de reformulação de propostas de ação no Estado. O processo decisório do gestor, independentemente do nível de discricionariedade e abrangência do ator político, durante a implementação gera resultados diversos. Perceber a diversidade e impacto da decisão no empiricamente é fator que traz luz às particularidades, locais e também ao perfil do agente.

Para compreender a implementação de uma política pública, é importante entender o Estado, não como um ator unitário, mas como um ambiente dentro do qual se dão interações entre diferentes agentes que têm importantes papéis e desempenham diversas ações na produção cotidiana da política pública, em contraponto a uma visão ilusória de decisões e formulações sendo realizadas em momentos destacados. (CARDOSO, 2020, p. 1054).



De uma forma geral está consolidado o entendimento de que o agente de rua desempenha um papel fundamentalmente na implementação. As normativas desempenham um papel importante na institucionalização de uma proposta, todavia durante a execução a realidade extrapola o contexto normativo, logo a análise que não considera dados empíricos e a discricionariedade do agente público está fadada a produzir uma visão míope da política pública.

## **A DECISÃO POLÍTICA CONTIDA NA POLÍTICA PÚBLICA**

Ao construir um projeto de pesquisa que tenha como objeto a implementação de uma política pública, o pesquisador deve observar seus elementos constitutivos para entender a análise do problema que está expressa na medida. Observando também a decisão política contida nos objetivos da proposta, pois a agenda de um determinado governo e o reflexo da sociedade se manifestam nos programas públicos do período.

A expressão do caráter político se dá de maneira sutil, está empregada na ação concreta da medida escolhida para solucionar um problema. A exemplo temos a Lei de Drogas, Lei 11.343 de agosto de 2006, que expressa, no seu capítulo segundo medidas de prevenção e reintegração social do usuário ou dependente químico. Em referência ao usuário, no artigo 28 da mesma lei, entende-se que as medidas socioeducativas, prestação de serviços à comunidade bem como a orientação sob os efeitos da droga, são ações que farão o usuário deixar de realizar a prática ilícita.

Em uma sociedade diferente, ou em um governo diferente, o entendimento a medida cabível ao usuário pode ser norteado por diversos princípios, inclusive princípios que não buscam a reinserção do usuário na sociedade. Segundo reportagem da NEXO LTDA, de fevereiro deste ano:

A legislação sobre drogas na Tailândia é considerada uma das mais duras do mundo. O país prevê pena de morte para pessoas que sejam presas em posse de 20 gramas de qualquer substância ilegal do tipo A (cocaína, metanfetamina, heroína, crack, ecstasy e cogumelos psicodélicos) (2022, s/p).

Necessariamente existem diferentes interpretações sobre as ações coerentes quando pensamos a ação do Estado, todavia mesmo que essas interpretações não sejam opostas, podem produzir resultados diversos. O exemplo mencionado acima, reflete o entendimento de uma

sociedade que compreende o ato de portar drogas de maneira equivalente a uma pena aplicada somente em períodos de guerra no Brasil, a pena de morte.

Durante a troca de governo, uma política pública ainda em fase de implementação, pode ser alterada, sem que a medida anteriormente estabelecida para sanar um problema seja estudada ou venha a causar algum efeito. A alteração da política pública, por vezes, pode ser fruto na alteração de um grupo político majoritário na esfera decisória, logo é o entendimento político de como o Estado deve agir na sociedade para sanar uma adversidade. Todavia a mudança não consolida uma estrutura estabelecida, ou seja, ao longo de um governo uma proposta pode ser alterada diversas vezes, sem que seus efeitos a longo prazo possam ser mensuráveis de uma maneira eficiente.

Políticas públicas são constituídas em diversos setores decisórios. Estes setores de organizam em alguns momentos de forma hierárquica, e em outros momentos de forma paralela. As camadas intersetoriais são responsáveis por decidir temas distintos ao longo da política pública.

Assim, a separação real não é entre quem formula (e decide) e quem implementa (e executa), mas sim sobre quem decide com quem sobre o quê. E quais decisões são passíveis de serem questionadas, alteradas e “redecididas” (LOTTA, 2019, p. 18).

Pensar a possibilidade de ajuste durante a implementação faz parte da proposta analítica de implementação, todavia essa proposta deve sempre estar atrelada aos objetivos da política pública em acordo com possibilidades de execução. Durante a análise é importante considerar as entidades envolvidas, o contexto e amplitude geográfica, o perfil dos agentes, o público alvo, a complexidade da medida, o tempo estimado de efeito (se a curto ou a longo prazo) e os mecanismos de registro de dados.

Os mecanismos de pesquisa permitem que um trabalho científico na área das ciências sociais produza dados coerentes e capazes de ajudar no processo decisório. Pois através do método permite ao pesquisador tornar formais as práticas que não foram previamente estabelecidas e que contribuem para a administração pública. As práticas podem ser percebidas e ter seus efeitos pendurados através de métodos comparativos, bem como os métodos de análise de correlação, ambos, são métodos simples de demonstração que podem trazer suporte ao dado empírico como complemento de análise.

Os dados empíricos podem identificar os possíveis conflitos nos processos de implementação que de alguma forma prejudicam o objetivo da proposta. Alguns destes fatores só podem ser identificados pela observação, tendo em vista que podem não ser mensuráveis de forma quantitativa, ou não são considerados importantes pelo mecanismo de ação, ou simplesmente não foram percebidos.

Utilizando o software MAXQDA numa análise da obra Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil organizada por Gabriela Lotta através do Enap no ano de 2019, foi possível identificar as palavras-chaves relacionadas ao tema da obra. A ferramenta do software permitiu, através da frequência dos termos, formar uma nuvem de palavras tornando possível a identificação das principais discussões em torno da implementação de políticas públicas. Conforme se verifica na imagem abaixo.

IMAGEM 1 – NUVEM DE PALAVRAS



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Os trabalhos. Numa análise da frequência, identifica de depois dos principais termos, os atores sociais responsáveis tanto pela implementação como pelo desenvolvimento, desta forma pode se observar na imagem as palavras: Estado, servidores, municípios, governador. Em um

segundo momento, tem se vista aos instrumentos de burocracia que compõem a política pública como: recursos, processo, capacidade, produção, objetivos, território. É possível verificar os conjuntos relacionados à análise bem como os que buscam resultados na implementação das medidas.

Ademais, quando consideramos a abordagem multicêntrica das políticas públicas descrita por Leonardo Secchi em analogia ao caso concreto, que pode ser observado na obra pelo Instituto Nacional de Administração Pública - ENAP, é possível concluir que a realidade brasileira é complexa e em razão da amplitude, não é possível que haja uma centralização das decisões e nem mesmo um ciclo fechado para a implementação de políticas públicas. Logo, se apresenta na realidade social uma infinidade de variáveis que interferem na implementação de políticas públicas, que independente da projeção feita pelo propositor da política pública.

Outrossim cabe ao pesquisador na construção da análise, utilizando se de métodos acadêmicos, compor um projeto que consiga abarcar a realidade da implementação de políticas públicas no território brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento do Estado e da solução dos problemas que emergem junto as demandas da sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnologia possibilita com que o corpo social tivesse mais contato com os dados monitoramento das políticas públicas, no entanto a informação por si só não gera conhecimento a respeito de um produto. O advento da tecnologia sem o conhecimento da realidade na qual está inserido o produto pode destorcer a estrutura de uma política pública.

O papel da análise de implementação no contexto brasileiro requer do pesquisador um olhar atento e capaz de absorver as particularidades locais e torná-las acessível para os demais gestores. Logo, a função daqueles que analisa a implementação precisa desenvolver um monitoramento atento e frequente para garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rui de Brito Álvares. Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. **Economia e Sociedade, Revista de Economia da Unicamp**, 2000, n° 14, p. 127-152.

CARDOSO, Baranda Bruno. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** | Rio de Janeiro. jul. - ago. 2020 p. 1052 -1063

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz, BRONZO. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação da gestão. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de, org. **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: ed. PUC, Minas, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

EGLER, Claudio A G. Pandemia e Desigualdade Territorial no Brasil. **II SINGER – Simpósio Nacional de Geografia Regional: a redescoberta da região e Seminário Internacional O Espaço do Novíssimo Século XXI**, novembro de 2020.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil** / organizadora, Gabriela Lotta. -- Brasília: Enap, 2019.

NEXO LTDA. **Os brasileiros presos na Tailândia e as penas antidrogas na Ásia**. Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/02/22/Os-brasileiros-presos-na-Tail%C3%A2ndia-e-as-penas-antidrogas-na-%C3%81sia>. Acesso em: 15 maio 2022.

TRONCO, Giordano B. **O guia de políticas públicas para estudantes e gestores**. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2018.